

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Valter Campanato/Agência Brasil



O que foi feito de João Doria?

Governistas apostam no “fator João Doria”

Para além da sensação de que surfam um bom momento político, governistas com os quais o Correio da Manhã conversou nesta primeira semana após as férias compartilham de algumas sensações que reforçam suas expectativas. O ano vai chegando ao fim e a oposição vai revelando total incapacidade de construir uma alternativa que pareça capaz de derrotar o presi-

dente Luiz Inácio Lula da Silva na sua tentativa de reeleição. Cada vez mais, o maior adversário de Lula vai sendo ele mesmo, sua idade e sua saúde. Mas, no momento, Lula aos 80 anos parece esbanjar vitalidade. E muito da falta de um adversário visível decorre dos próprios erros que a oposição comete, ao lhe garantir discurso e terreno para ampliar sua vantagem.

Unidade

O maior problema é a falta de unidade. Por mais que se ventile, por exemplo, que o ex-presidente Jair Bolsonaro deu aval a uma candidatura do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, impondo, porém, algumas condições, até que ponto isso de fato avançou?

Declaração

Porque isso que se ventila não foi declarado pelo ex-presidente. E, ao mesmo tempo, seu filho Eduardo Bolsonaro, declara lá dos Estados Unidos que é contra a solução Tarcísio e se coloca ele mesmo candidato, ainda que saia do PL para fazer essa tentativa.

Reprodução Facebook/João Doria



Doria imaginou que vacina o guindaria à Presidência

Doria: da vacina ao ostracismo

O campo governista lembra, então, a trajetória do ex-governador de São Paulo João Doria. E, como o Correio Político já mencionou aqui, o “fator Doria” de fato passa pela cabeça de Tarcísio. Doria foi um impressionante fenômeno político do campo conservador. Até simplesmente deixar de ser. Ex-presidente da Em-

bratur entre outros cargos, o empresário tornou-se prefeito de São Paulo em 2017. Em 2018, já era governador de São Paulo. No momento crítico da pandemia de covid-19, investiu na produção da vacina brasileira pelo Instituto Butantã. Imaginou que a projeção obtida com a vacina o guindaria à Presidência. Não guindou.

Eventos

Nem mais os eventos empresariais que João Doria fazia e que começaram a projetá-lo politicamente, ele faz. Doria desapareceu com a mesma rapidez com que surgiu. Dentro do governo, há quem aposte que esse fator é o que pesará. Tarcísio não quer o mesmo risco.

Sessão

Haverá uma sessão solene no Senado, pedida pelo senador Sergio Moro (União-PR). Deverá ser a primeira aparição pública da nova Encarregada de Negócios de Israel, Rasha Athami. Será que haverá espaço para denunciar os excessos de Israel na Palestina?

Israel

No meio dos embates políticos entre esquerda e direita, uma efeméride internacional deverá movimentar a semana. Na terça-feira (7), serão lembrados os dois anos do ataque do Hamas em Israel, início de uma guerra que produziu uma divisão política do planeta.

Judeus

Na recente Assembleia da ONU, ficou claro o alinhamento diplomático do Brasil à causa palestina. Por outro lado, são judeus o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e o líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA). Haverá espaço para contraponto?

Dosimetria em vez de anistia enfrenta resistência

Embora saída mais provável, projeto tem oposição

Gabriela Gallo

Em meio às expectativas acerca do destino dos presos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília, o Congresso Nacional articula para, ao menos, reduzir a dosimetria dos envolvidos. Nos bastidores, o relator do projeto, deputado federal Paulinho da Força (Solidariedade-SP), deverá ter encontro com os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), nesta segunda-feira (6) para apresentar o parecer da matéria e, com a aprovação, que ela seja votada no plenário da Câmara já na próxima terça-feira (7). O Correio da Manhã conversou com especialistas e avaliou que a aprovação do projeto é possível, porém, enfrentará resistências.

Entenda

Inicialmente, o projeto (batizado de “PL da Anistia”) visava conceder perdão total aos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília. A proposta do Partido Liberal e parte da bancada da oposição era conceder uma anistia ampla, geral e irrestrita a todos os envolvidos nos atos contra as sedes dos Três Poderes – não apenas os que depredaram os prédios públicos, como também os que financiaram, organizaram, incentivaram ou tiveram qualquer envolvimento motivado por motivação política. O objetivo era respingar a anistia para o ex-presidente Jair Bolsonaro



Paulinho da Força apresentará seu projeto aos presidentes da Câmara e do Senado

(PL) e os demais condenados por integrarem o núcleo principal de um plano de tentativa de golpe de Estado.

O plenário da Câmara aprovou, em 17 de setembro por 311 votos a favor e 163 contra, a urgência do projeto de lei nas condições da anistia, todavia, o texto ainda não estava finalizado. No dia seguinte, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), designou o deputado federal Paulinho da Força (Solidariedade-SP) para relatar a medida. No entanto, contrariando a vontade de parlamentares bolsonaristas e costurando um acordo semelhante ao projeto de anistia alternativo que estava sendo elaborado no Senado Federal, Paulinho da Força adiantou que conceder uma anistia plena

aos envolvidos era “impossível”. O foco agora está em reduzir a dosimetria das penas aplicadas aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro. Portanto, passou a ser chamado “PL da Anistia”.

Nos bastidores, o relator propõe agrupar os crimes de Abolição Violenta do Estado Democrático de Direito e de Golpe de Estado para, consequentemente, reduzir as penas aplicadas pelo STF.

Avaliação

Ao Correio da Manhã, o professor de Direito Penal do Ibmec Brasília Tedney Moreira avaliou que, até “o presente momento, não são muito favoráveis as chances de aprovação da proposta legislativa que visa a redução de pena aos envolvidos pela tentativa de golpe em 8 de janeiro”.

Por outro lado, o cientista político Rócio Barreto avalia que a proposta de reduzir a dosimetria das penas “sinaliza uma certa flexibilização que pode ser barganhada como uma justiça equilibrada” e, que, a chance de aprovação variará de acordo com o relatório que for apresentado.

“A chance de aprovação depende de um desenho colocado na mesa de discussão. Mas o governo tem uma questão que é um tanto quanto pessoal e vai tentar barrar essa anistia do mesmo modo que conseguiu acabar com a PEC da Blindagem”.

Porém, ambos avaliam que a mudança de narrativa do projeto é uma resposta do Legislativo às pressões populares.

Primeira Turma do STF conclui julgamento de Sergio Moro

Lula Marques/ Agência Brasil



STF julga Moro em caso que envolve Gilmar Mendes

Após uma semana com votações relevantes no Congresso Nacional – como a aprovação unânime do projeto de lei que amplia a isenção do pagamento do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês (PL 1087/2025) e o segundo projeto que regulamenta a reforma tributária (PLP 108/2024) –, as atenções esta semana serão divididas com o Supremo Tribunal Federal. O projeto sobre Imposto de Renda chega ao Senado Federal, mas ainda não há uma data confirmada para suas primeiras discussões, tampouco foi definido o relator da proposta.

Após o plenário da Câmara dos Deputados aprovar a urgência do projeto de lei (PL) nº 2307/2007, que torna crime hediondo a adulteração e falsificação de alimentos e bebidas, na sexta-feira (3) o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou o deputado federal Kiko Celeguim (PT-SP) como relator da medida. A medida foi aprovada rapidamente devido aos casos de mortes e internações por intoxicação por metanol em bebidas alcoólicas (especialmente destilados) no país. O parlamentar ainda elaborará um parecer. “Nosso compromisso é construir um relatório que coloque no centro da discussão a vida e a segurança da população brasileira”, declarou Kiko Celeguim em suas redes sociais.

CPMI do INSS

Já nas pautas confirmadas para a semana, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os desvios de recursos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ouvirá, nesta segunda-feira (6), o empresário Fernando dos Santos Andrade Cavalcanti, um dos investigados da Operação Sem Desconto da Polícia Federal (PF) que trouxe à pública os desvios ilegais do dinheiro de beneficiários.

Cavalcanti é apontado como sócio do advogado Nelson Willians, que prestou depoimento na comissão em 19 de setembro. Em 25 de setembro, a comissão parlamentar mista aprovou o requerimento

que solicitava a prisão preventiva dele por “riscos de obstrução da investigação e continuidade delitiva”. Durante seu depoimento, o advogado se recusou a fazer o compromisso de dizer a verdade, tal como se recusou a responder à maioria das perguntas dos parlamentares.

STF

Já no Poder Legislativo, o Supremo Tribunal Federal (STF) se organiza para pautas relevantes. Nesta segunda-feira (6), o ministro da Corte Gilmar Mendes conduzirá uma audiência pública que discutirá os desafios econômicos e sociais da chamada “pejotização” no Brasil. O termo “pejotização” se refere à prática recente e recorrente de empresas em optar por contratar

funcionários como prestadores de serviços (através de CNPJs, sem o modelo de carteira assinada), mas, na prática, o formato da relação entre empregador e empregado é essencialmente celetista (empregatícia).

Para Gilmar Mendes, decano no STF, a audiência permitirá que a Suprema Corte analise com segurança os fatos e garanta uma reflexão em torno de temas como proteção ao trabalhador e os impactos dessa forma de contratação para a economia nacional.

Julgamento

Além disso, nesta sexta-feira (3) a Primeira Turma do Supremo deu início ao julgamento contra o senador da República e ex-juiz Sérgio Moro (União Brasil-PR) por suposta calúnia contra o ministro Gilmar Mendes. O recurso é analisado em plenário virtual, no qual os ministros redigem seus votos sem justificá-los, e dura até próxima sexta-feira (10).

O caso refere-se a um vídeo divulgado em abril de 2023, que mostra o senador em uma festa junina. Em uma conversa, uma mulher diz que ele estava “subornando o velho”, Moro responde: “Não, isso é fiança. Instituto para comprar um ha-beas corpus do Gilmar Mendes”. A fala foi denunciada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) ao STF alegando que Moro imputou a Mendes “falsamente o crime de corrupção passiva”. A defesa do ex-juiz alegou que o caso se tratou apenas de uma “brincadeira infeliz”.